COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL | PREÇO AVULSO: 50$00 | ANO VI | Nº 63 ABRIL 1991

A Coragem em directo

Ao mesmo tempo que na Austrália se estreava a versão actualizada do filme «The Shadow Over East Timor», em cujas sequências finais se incluem declarações de líderes estudantis timorenses na Indonésia, com as respectivas vozes e figuras alteradas electronicamente, a Radiotelevisão Portuguesa passava, sem qualquer tratamento, cerca de 10 dos 80 minutos de um vídeo realizado e trazido de Bali pelo artista circense António Branco.

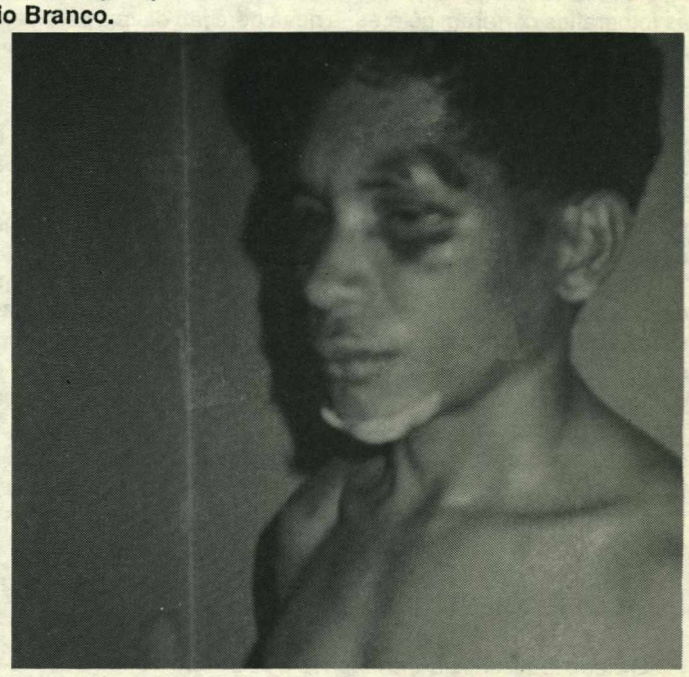
Durante anos, as imagens de Timor-Leste ocupado não existiram. Correram mundo, em 1982 as fotografias a preto e branco do jornalista Rod Nordland que testemunhavam a fome generalizada e a morte que esperava as crianças timorenses.

Sobretudo a partir de 1984, à custa de muitos riscos e de muita audácia, grupos de fotografias a cores foram chegando ao exterior: as do acordo de cessar-fogo celebrado em 1983 entre a Resistência e as forças armadas indonésias estacionadas no território; as da vida dos guerrilheiros e de suas famílias no interior das zonas libertadas; a das atrocidades cometidas pelo exército ocupante. Cerca de quatro anos mais tarde, eram conhecidas as primeiras fotos da presença militar colonial: a chegada ao aeroporto dos novos contingentes, as sessões de treino nos quartéis, a acção psico-social junto das populações, o arrombamento de sepulturas portuguesas do tempo da Segunda Guerra Mundial, as paradas militares. E, de vez em quando, através de variados e tortuosos caminhos, faziam viagem novos conjuntos de imagens da Resistência armada e das provações e torturas infligidas à população civil.

Com a chamada «abertura» do território, decretada pelas autoridades indonésias a 1 de Janeiro de 1989, os «turistas» começaram a fotografar: a militarização intensiva, a marginalização dos timorenses no seu próprio país, a imposição de uma cultura estrangeira, as manifestações organizadas pelos jovens reclamando o seu direito à autodeterminação e independência.

Desde meados do último ano, muitos dos testemunhos ou notícias de casos de violação dos direitos humanos começaram a ser acompanhados de fotografias das vítimas, algumas vezes antes e depois da prisão e das sessões de tortura.

Publicar estas imagens fixas sempre foi difícil. Nas televisões do mundo exige-se o movimento. A equipa chefiada por Rui Araújo, em 1983, deve ter sido a primeira a filmar depois da invasão - o regime indonésio não gostou e as imagens recolhidas nessa altura fizeram parte, durante muitos anos, de todos os programas televisivos e de todas as realizações sobre o drama timorense. Vários grupos de solidariedade e equipas de profissionais do cinema editaram vídeos, apoiados em toda a espécie de materiais existentes, completados com entrevistas a refugiados recentemente chegados, a líderes timorenses e a personalidades dos seus próprios países: foi o caso, entre outros, da Austrália, do Canadá, de Portugal.



Jovem timorense espancado pela polícia indonésia, Dili, Outubro de 1990

Depois da «abertura», um ou outro jornalista conseguiu filmar e transmitir a realidade de um país ocupado. A visita do Papa a Dili, em 12 de Outubro de 1989, foi um momento privilegiado, mas só uma cadeia de televisão australiana registou a manifestação popular surgida no final da celebração de João Paulo II.

OS ESTUDANTES SAEM À RUA

Em Outubro de 1986 4 jovens timorenses que estudavam na Indonésia pediram asilo político na embaixada da Holanda em Jacarta. Foi talvez o primeiro sinal, para o mundo exterior, das convicções que animavam a nova geração e das suas formas de luta: uma preocupação fundamental, a de quebrar o isolamento a que Timor-Leste estava condenado, comunicar bem alto, para que todos pudessem ouvir, o que se passava na sua Pátria, responsabilizar a comunidade internacional pelo genocídio come-

NESTE NÚMERO:

- **A Coragem em directo**
- **Solidariedade: encontro em Lisboa**
- **Um novo olhar**
- **Resistência e repressão no Aceh**

tido contra o povo maubere, apelar, especialmente, à solidariedade do povo e dos órgãos de soberania portugueses, tornar mais inquietas as autoridades javanêsas.

Meses depois de iniciada uma campanha internacional de solidariedade a seu favor, um jornalista japonês conseguiu entrevistar e fotografar o grupo. Foi a primeira imagem dos estudantes nacionalistas, dada à estampa em publicações de vários horizontes. A denúncia e as tentativas de chegar a um acordo que permitisse a sua saída da Indonésia com o passaporte português a que tinham direito não surtiram efeito. No entanto, apesar de constantemente vigiados e sob pressão, estes estudantes não foram presos. A saída do anonimato valeu-lhes a vida, enquanto que pelo menos dois colegas seus, um pouco mais tarde, foram assassinados pelo regime militar.

Em 1987 realizaram-se em Timor-Leste as primeiras manifestações de estudantes, protestando contra o sistema de ensino e a marginalização a que os jovens timorenses estavam sujeitos no seu acesso. Os acontecimentos repetiram-se no ano seguinte. As repercussões no exterior não foram grandes, as notícias chegaram com atraso e não havia imagens, apenas descrições parciais cujos autores não podiam ser citados, para evitar represálias.

Mas Outubro de 1989 e depois Janeiro de 1990, aquando da visita a Dili do embaixador norte-americano acreditado em Jacarta, provocaram reacções imediatas. Os relatos em primeira mão e as fotografias correram céleres, a nova geração dava a cara pelo desejo do seu povo de lhe ser reconhecido o direito à autodeterminação e independência.

A cobertura internacional, os comentários a que deu lugar, as denúncias das violações dos direitos humanos que se seguiram a estes actos de coragem levaram as autoridades indonésias a optar por um padrão de repressão diferente e pela substituição do comando militar em Timor-Leste, em Dezembro de 1989, de modo a fazer crer que não havia lugar para alarmes.

Desde então, e como a Amnistia Internacional muito bem descreveu, multiplicaram-se as detenções de curta duração, muitas vezes em locais privados, onde os presos são torturados e depois soltos, sob ameaças e intimação a que passem a espionar e denunciar colegas, familiares e amigos e sob a obrigação de se apresentarem às autoridades regularmente (uma vez por semana, duas vezes por mês, etc.). Nos últimos dois anos, a maioria dos timorenses assim perseguidos - para além dos casos, aparentemente em menor número, de assassinatos e desaparecimentos - são jovens.

UM ACONTECIMENTO INESPERADO

O vídeo realizado na ilha indonésia de Bali por António Branco, o conhecido palhaço Batatinha, a pedido de estudantes timorenses, surge na confluência de vários elementos desta história: o protagonismo da nova geração, demonstrado na sua clareza de ideias, na sua capacidade de organização, na elaboração da sua estratégia de acção, no aproveitamento exemplar das oportunidades, por mais inesperadas que sejam; a ligação crescente ao mundo exterior e a percepção de que a imagem é um meio de comunicação vital; a coragem de expor a vida à repressão mais violenta e a esperança de que a solidariedade internacional proteja, pelo menos, as suas vidas.

A mensagem transmitida pelos estudantes tem um destinatário: Portugal, colonizador de séculos, Potência Administrante há década e meia. Fala-se da situação em Timor-Leste ao mesmo tempo que se lembram os laços de fraternidade que unem os povos maubere e português e se dirigem apelos ao não esquecimento, à solidariedade activa, à realização da visita da delegação parlamentar portuguesa.

Porque a televisão já tinha passado um excerto do vídeo dando a conhecer caras e nomes, porque era necessário que todos os portugueses e timorenses vissem e sentissem o apelo que lhes era dirigido, porque António Branco é artista do Circo, a colectividade cultural Chapitô (em Lisboa) com o apoio da CDPM, organizou um visionamento integral no dia 20 de Abril.

Do meio da emoção nasceu o diálogo entre os presentes que enchiam a sala e surgiram novas ideias. Fez-se, de improviso, um abaixo-assinado dirigido ao Presidente da Assembleia da República no qual se solicitava que o Parlamento visionasse, em plenário e com a presença de todos os órgãos de soberania, o vídeo [redacted] íntegra. Combinou-se fazer esforços junto da televisão, no mesmo sentido. Pensou-se em como seria importante levar o vídeo às escolas portuguesas e António Branco desde logo se prontificou a fornecer uma cópia para esse fim.

ALERTA

No dia 24 realizou-se uma conferência de imprensa convocada pela **CDPM** e pelo grupo **A Paz é Possível em Timor-Leste** e na qual participaram duas jovens timorenses que tinham estudado em Bali. O objectivo era dar a conhecer à comunicação social as iniciativas que estavam em curso mas, sobretudo, alertar para os perigos que correm os estudantes timorenses na Indonésia. Nesse sentido testemunharam Licínia Ramos Horta e Lígia Ximenes, foi divulgado um documento da polícia política indonésia (Intel) classificado de «top secret» e no qual se descreve parte da actividade, membros, locais de reunião e contactos com o exterior do movimento RENETIL (Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste) e o palhaço Batatinha, também presente, tornou públicos os nomes dos estudantes que intervieram no vídeo d[redacted] Bali. Assim se espera ter contribuído para proteger as suas vida[redacted] num gesto que recomeça todos os dias e vai fortalecendo a cadeia de solidariedade entre os povos. □

Solidariedade com Timor-Leste: encontro em Lisboa

Realizou-se em Lisboa, entre 5 e 7 de Abril, o encontro anual dos grupos de solidariedade com Timor-Leste, com a participação de grupos da Alemanha, Espanha, França, Holanda, Indonésia, Itália, Japão, Portugal, Reino Unido e Suécia.

O documento elaborado no final dos trabalhos e distribuído à imprensa realça os aspectos principais discutidos pelos participantes. Este Encontro, o 11º, teve lugar num momento em que a atenção mundial se concentra na resolução de importantes conflitos internacionais. Esta atmosfera criou condições favoráveis para uma solução que responda à justa reivindicação do povo timorense pelo fim da ocupação ilegal do seu território pelas tropas indonésias e por um acto de autodeterminação.

Os participantes apoiaram firmemente o apelo de Xanana Gusmão, líder da resistência nacional em Timor-Leste, a um cessar-fogo e à realização de conversações de paz sem pré-condições, sob os auspícios das Nações Unidas.

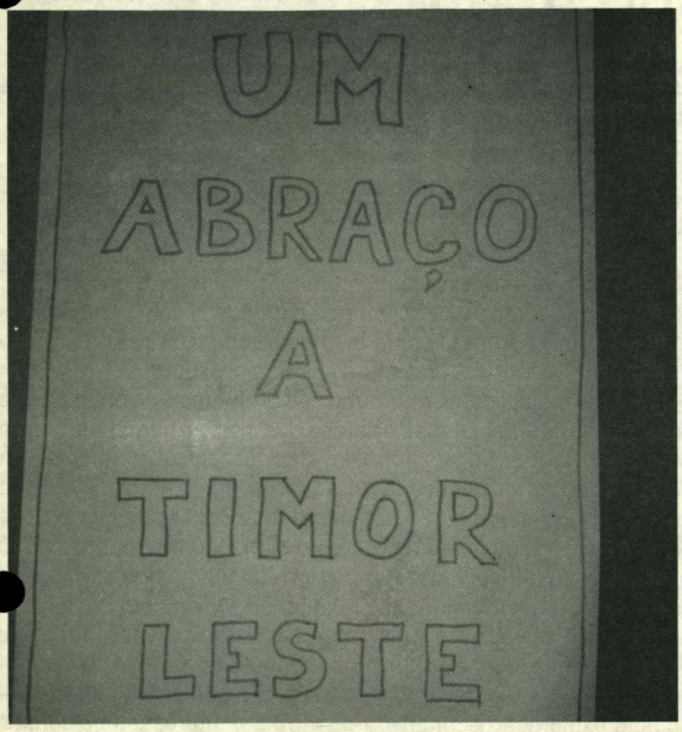
O Encontro começou por escutar declarações dos dirigentes da Convergência Nacionalista Timorense. Ouviu um relato sobre a grave situação militar em Timor-Leste, onde as tropas indonésias têm efectuado operações militares por todo o território desde

fins do ano passado, numa tentativa de esmagar a resistência e capturar os seus líderes.

Sendo a reunião em Lisboa, os grupos de solidariedade tiveram oportunidade de estreitar os contactos com a comunidade timorense em Portugal, e puderam participar na celebração do 5º aniversário da Convergência Nacionalista Timorense.

O Encontro regozijou-se com a iniciativa dos Parlamentares por Timor-Leste de enviar uma delegação a Nova Iorque, que se encontrou em Março com Javier Perez de Cuellar, Secretário Geral das Nações Unidas, para pressionar a rápida procura de uma solução para o problema de Timor-Leste. Os participantes acolheram também com agrado a garantia dada pelo Secretário Geral de que a questão de Timor deve ser resolvida de acordo com todas as resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e a Assembleia Geral desde 1975. Salientaram, ao mesmo tempo, que não pode haver alternativa a um referendo para Timor-Leste realizado de acordo com os princípios claramente estabelecidos pelas Nações Unidas.

Os participantes manifestaram a sua satisfação pela declaração da Comunidade Europeia na Comissão dos Direitos Humanos da ONU, em Genebra, a 27 de Fevereiro. A declaração reflecte com exactidão a recente vaga de prisões, maus tratos, torturas e execuções perpetradas pelos militares indonésios em Timor-Leste. Registaram também com agrado que a Comunidade Europeia continuará a acompanhar de perto a evolução da situação dos direitos humanos no território.



O Encontro considerou com grande interesse as mudanças positivas que ocorrem na Indonésia relativamente à questão de Timor. Um número crescente de jovens indonésios opõem-se agora à brutal ocupação de Timor-Leste e adoptam uma posição de solidariedade com a luta de libertação dos timorenses.

O Encontro sublinhou que as pesadas perdas de vidas em Timor-Leste, durante o contínuo conflito armado, nunca teriam acontecido sem o fornecimento de equipamento militar à Indonésia por muitos países ocidentais. Os grupos de solidariedade decidiram acompanhar de perto o negócio de venda de armas à Indonésia e levar a cabo campanhas contra ele.

O Encontro condenou o Tratado "Timor-Gap", assinado pela Indonésia e a Austrália em Dezembro de 1989, em flagrante violação do Direito Internacional, e regozijou-se com a decisão do Governo português ao apresentar queixa contra a Austrália no Tribunal Internacional de Justiça. É uma prova do continuado empenho do Governo português pela defesa dos direitos dos timorenses.

Os participantes acordaram ainda em enviar cartas às companhias petrolíferas japonesa e belga, Sekiyu Shigen Kaihatsu e Petrofina, condenando a sua decisão de explorar conjuntamente o petróleo e gaz natural no chamado "Timor-Gap".

Os grupos de solidariedade decidiram realizar o Encontro de 1992 na Itália.

ACÇÕES SUBSEQUENTES

No dia 8 de Abril uma delegação do Encontro foi sucessivamente recebida por representantes dos 3 órgãos de soberania portugueses: o assessor do Presidente da República para os assuntos de Timor-Leste, Dr. Carlos Gaspar, o Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Dr. Ivo Cruz e a Comissão parlamentar de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste.

Em todas as audiências se estabeleceu um diálogo a partir da comunicação das conclusões mais importantes do Encontro dos grupos de solidariedade. Um destaque especial mereceram as perspectivas de solução negociada para o problema e a possível visita de uma delegação parlamentar portuguesa ao território.

No mesmo dia realizou-se ainda uma conferência de imprensa para divulgação das conclusões do Encontro. A cobertura dos órgãos de comunicação social foi bastante boa: os principais jornais e rádios deram conta do comunicado final da reunião e dos encontros com os órgãos de soberania e os noticiários televisivos recolheram imagens à saída da Assembleia da República e entrevistaram Carmel Budiardjo, membro do Tapol e secretária dos Parlamentares por Timor-Leste. Aproveitando a ocasião, o jornal diário **Público** publicou dois dias mais tarde uma entrevista com Liem Soei Liong sobre a forma como na Indonésia se sente o problema de Timor-Leste. □

Um novo olhar

A subtil mudança por que está a passar a sociedade indonésia na sua maneira de encarar o problema de Timor-Leste, é um dos factos mais relevantes dos últimos dois anos e para o qual já aqui, por mais de uma vez, chamámos a atenção.

A vinda a Portugal do activista do Tapol Liem Soei Liong, para participar no 11º Encontro Europeu dos Grupos de Solidariedade com o Povo de Timor-Leste, que recentemente visitou o seu país natal de onde teve que se exilar em 1968, permitiu confirmar e trazer novos elementos sobre esta mudança.

O emergir de Timor-Leste como uma questão política para a actual geração de activistas do movimento estudantil, dos direitos humanos e da oposição indonésia é um dos desenvolvimentos mais curiosos da presente situação política na Indonésia.

Timor-Leste foi sempre uma questão complexa e embaraçosa para a velha geração de dissidentes anti-Suharto, que recorreu sempre a uma grande variedade de justificativos para explicar o seu apoio à anexação, do tipo «É um projecto da ABRI [Forças Armadas] que eles transformaram numa coisa suja», insinuando que se eles estivessem no poder o teriam feito muito melhor. Ou então: «Não levantamos o problema de Timor-Leste por razões estratégicas», querendo com isso dizer que evitavam afrontar as FF.AA. e que arrumavam a questão ... na gaveta. Muito poucos vêem Timor-Leste como uma colónia indonésia. Ainda pior, nin-

guém da velha geração pôs o problema na sua lista de prioridades, permanecendo o mesmo sepultado no silêncio para ser apenas mencionado quando alguém de fora fazia perguntas.

A geração de oposicionistas das décadas de sessenta e setenta tem uma outra compreensão de Timor-Leste, mais profunda e aberta. De uma maneira geral, aceitam que os timorenses têm o direito a decidir do seu destino político e seguem atentamente os acontecimentos no território. Mas comportam-se como se houvesse um «acordo de cavalheiros» de só abordar o problema quando Suharto abdicar ou for apeado do poder.

Há um salto qualitativo quando se passa para as posições de muitos dos jovens activistas de hoje. As defesas em tribunal de Ammarsyah e Beathor Suriyadi, aonde tinham sido presentes acusados de desenvolver actividades subversivas, levantaram publicamente a questão de Timor-Leste. O território é visto como um lugar onde os direitos humanos são espezinhados. Muitos novos activistas não consideram a unidade do Estado indonésio como sagrada. A luta pela democracia e pelo respeito dos direitos humanos é olhada como muito mais importante do que as visões rígidas sobre os Estados nacionais.

Na sua deslocação Liem Soei Liong teve a oportunidade de discutir o problema com esta nova geração. Circula informação sobre Timor-Leste e os livros e relatórios publicados por Tapol, Amnistia Internacional e Asia Watch são amplamente lidos e temas como a situação da luta armada e a organização da resistência urbana discutidos. Os jovens activistas estão empenhados em fazer circular material sobre a luta em Timor-Leste a um público alargado. É evidente que a persistência da luta dos timorenses é uma fonte de inspiração para um crescente número de indonésios.

As dificuldades, porém, em fazer campanhas em torno do problema nas cidades de Java não devem ser subestimadas. Não existem plataformas políticas sobre as quais levantar a questão.

Liem Soei Liong está, contudo, optimista: **«Do que vi e dos contactos que tive, tiro boas razões para acreditar que, gradualmente, através de um lento processo político, Timor-Leste emergirá como uma importante questão na luta pela democracia. Como alguém me disse, a Indonésia nunca se poderá tornar uma democracia enquanto não resolver o problema de Timor-Leste, enquanto Timor-Leste não tiver exercido o seu direito à autodeterminação.»** □

Resistência e repressão no Aceh

O ano de 1990, de persistente agitação no território de Aceh, situado na parte norte da ilha de Sumatra, veio relembrar e pôr em evidência o complexo de contradições com que se defronta o poder militar de Jacarta.

É sabido como a Indonésia constitui um mosaico de territórios, nacionalidades e culturas, mantido coeso à custa de uma feroz repressão militar sobre todas as movimentações autonomistas.

Casos como o da Papua Ocidental - ex-colónia holandesa integrada à força na Indonésia sob a capa de uma pretensa «escolha em liberdade» - o de Aceh ou o das Molucas do Sul - territórios sob administração indonésia, o primeiro dos quais com estatuto autónomo especial - têm sido invariavelmente encarados pelo poder central como processos de rebelião que só a força das armas pode resolver.

Os métodos aplicados pelo regime militar indonésio para subjugar os independentistas de Aceh são decalcados daqueles que, com desumana persistência, têm vindo a ser utilizados em Timor-Leste.

Contam-se pelas muitas centenas os cadáveres que nos últimos meses têm sido encontrados no território do Aceh, nas bermas das estradas, nos cursos de água e nas plantações.

O Major General Djoko Pramono, comandante militar da região, admitiu em declarações à imprensa a existência de vítimas, relacionando-as com a necessidade de defesa das populações contra o GAM (Gerakan Aceh Merdaka, Movimento de Libertação do Aceh).

Segundo palavras textuais de Pramono ao semanário indonésio **Tempo**, em 17 de Novembro último, é necessário eliminar fisicamente todos os suspeitos de pertencerem ao grupo independentista: **«Disse à população que o importante era que, se vissem um GPK** [sigla por que são referidos aqueles que as autoridades designam de "perturbadores da ordem pública"], **o deviam matar. Não há necessidade de investigações. Pura e simplesmente, disparem ou esfaqueiem-nos (...). Instruí a população para andar armada, com machados ou o que fosse. Se virem um GPK, matem-no.»**, disse o general aos jornalistas.

São também admitidas as prisões em massa de elementos da população que, supostamente, tenham apoiado o movimento, prisões a que se seguem as torturas e muitas vezes o «desaparecimento» dos detidos. O comandante militar declarou ser **«impraticável»** dar informações às famílias dos presos!

Têm-se multiplicado, entretanto, os protestos e as pressões de organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, contra o governo indonésio, a propósito das atrocidades no Aceh. A organização norte-americana **Asia Watch**, por exemplo, pu-blicou um extenso relatório de 20 páginas dando conta dos numerosos abusos perpretados pelos militares, estimando em mais de 1000 (à data de 25 de Novembro) o número de vítimas de execuções sumárias. De acordo com este relatório, o Movimento de Libertação do Aceh, apesar das suas fraquezas organizativas, conseguiu aparentemente tocar o profundo ressentimento sentido pela população local contra o governo indonésio, um sentimento exacerbado pela exploração económica da área por interesses ocidentais ou sediados em Jacarta. **«Se os abusos dos militares continuarem, aquele ressentimento só aumentará»**, conclui Asia Watch.

A resposta das autoridades é lapidar. Em Janeiro último, o governador indonésio do Aceh, Ibrihim Hasan, proclamou em Jacarta que **«as operações militares foram concluídas com sucesso, e a segurança restabelecida»**.

A realidade, porém, tem-se encarregado de demonstrar que o governador estava enganado (será sina dos governadores nomeados pelos militares de Jacarta?). A resistência ao poder central continua a manifestar-se e a impotência deste, com todo o seu rol de barbaridades, também. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 600$00
Registo DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317